

# "País poderá entrar nos trilhos"

O pacote fiscal aprovado pelo governo tem aspectos positivos, duvidosos e negativos — é o que se pode resumir da divergência entre o empresário e o diretor da Brastemp, Antônio César Bonamico, ontem, durante coquetel para a sua campanha à candidatura para a presidência da Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica — Abime.

Entre os aspectos positivos está a preocupação social contida no pacote. De fato, segundo o atual presidente da Abime, Firmino Rocha de Freitas, se o pacote der certo, "poderá colocar o Brasil nos trilhos, ajudando toda a economia e, principalmente, garantindo a estabilidade política do País". Um aspecto duvidoso, segundo Bonamico, é que o governo está "tímido" na contenção de seus gastos. O lado negativo, segundo ele, é a drenagem do bolso privado para os cofres do governo. "Com isso, salienta Bonamico, temos a perspectiva de mais tributação no futuro."

Essa também é a opinião do vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, para quem "apesar do crescimento econômico aumentar a quantidade de produção, reduzindo os custos, toda carga tributária é onerosa, e quem acaba pagando é o consumidor". Já Firmino Rocha de Freitas não está tão convicto quanto ao repasse de preços, mas admite que "ninguém vê com bons olhos a redução do lucro líquido".

## "INTELIGENTE"

"Partindo do pressuposto de que era preciso fazer alguma coisa, o que

foi feito foi bastante inteligente", afirmou ontem, em Porto Alegre, o diretor-presidente do Grupo Villares, Paulo Villares, em entrevista que concedeu antes de palestra na reunião-almoço da seccional gaúcha da Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil (ADVB). Ele se referia ao recente pacote econômico do governo — depois, acrescentou: "Não devemos ser rápidos e levianos em fazer críticas simplórias".

Paulo Villares acredita que o governo somente sentirá os benefícios do pacote no segundo semestre do próximo ano, mas disse não ter condições de fazer previsões a respeito, nem mesmo quanto ao índice de crescimento que poderá ser registrado, em função da nova realidade. Manifestou-se preocupado com as consequências inflacionárias de uma ativação na demanda por causa da redução do Imposto de Renda na fonte dos assalariados, observando, porém, que essa demanda maior poderá compensar as medidas na área tributária que atingirão as grandes empresas.

## "SATISFATÓRIO"

Apesar dos protestos de vários setores, os empresários de propaganda e publicidade consideraram "bastante satisfatório" o pacote econômico aprovado ontem no Congresso. Se fosse aprovado o texto inicial, dois artigos (os de nº 52 e 53) obrigariam as agências de propaganda a recolher 10% de seus honorários a título de Imposto de Renda, mensalmente. No entanto, segundo esclareceu o presidente da Associação Brasileira

de Propaganda (Abap), a alíquota aprovada foi de 5%.

## "FRUSTRANTE"

O professor Roberto Macedo, chefe do Departamento de Economia da USP, criticou ontem, em Vitória, durante o VIII Encontro Nacional de Economia, a tentativa de recuperar salários mediante a elevação substancial do mínimo. Em sua opinião, a tentativa "provavelmente será frustrada pelos efeitos inflacionários e pelo aumento da proporção de trabalhadores que seriam empregados à margem das regras da CLT, com salários inferiores ao mínimo".

## FUNARO OUVI CRÍTICAS

O ministro da Fazenda, Dílson Funaro, estará hoje em Belo Horizonte para discutir com empresários industriais e comerciais mineiros o pacote econômico do presidente José Sarney, e suas consequências. Desde já, os empresários asseguraram que Funaro ouvirá críticas relativas às medidas "pouco tímidas" adotadas na área de dispêndios de custeio do governo e à "falta de coragem" governamental para privatizar empresas que atuam em áreas típicas da iniciativa privada.

Funaro tem um encontro marcado às 10 horas na Federação das Indústrias de Minas, onde receberá um documento fixando a posição da Fiemg sobre o pacote fiscal. Nesse documento, todavia, a entidade reconhece ser positiva a redução dos tributos para os assalariados de renda mais baixa em 1986.